

# ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Ano XIII - N.º 81 - Julho / Agosto 2012



*A corregedora Eliana Calmon condenou o corporativismo nas instituições públicas, defendeu os órgãos de controle e estimulou a participação popular contra a corrupção*

FOTO: LAILA CAROLINA PONTES

## MAIS TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

» 06

Tecnologia da Informação:  
suporte eficaz às ações da Corte

» 03

Estimulando a competência  
técnica dos servidores

» 10

# ECONOMIA SUPERIOR A R\$ 317 MIL

**S**ó com cópias e impressões, nos próximos três anos o Tribunal de Contas vai economizar R\$ 317.320,36. Isto está sendo possível graças a um novo procedimento baseado em diagnóstico dos gastos registrados nos últimos três anos, que foram de R\$ 534 mil, uma iniciativa de controle interno exercida pela área de Tecnologia da Informação (10ª Controladoria Técnica).

O diagnóstico conduziu à alternativa de substituir o modelo usual adotado até então, de compra de impressoras e suprimentos, pela contratação de uma empresa especializada, a quem cabe fornecer equipamentos, incluída a manutenção, e suprimentos. Além de gerar economia, o novo sistema torna o serviço compatível com a eficiência desejada nos afazeres do Tribunal.

O sistema contratado, chamado de “Outsourcing de Impressão” é a opção mais barata e também possibilita o controle da quantidade de páginas impressas.

A estimativa é de que, utilizando a mesma quantidade de papel do período anterior avaliado, o custo caia para R\$ 216.901,44. A 10ª Controladoria é, apesar disso, ainda mais otimista quanto ao novo sistema: “Acreditamos que, com o controle, o número de impressões seja menor que nos anos anterior-

es”, afirma José Maria Ceolin Esclauzero, servidor que gerencia o processo do novo modelo de impressões.

É possível saber o gasto de cada impressora e de cada servidor que envia ordem de impressão. O sistema também prevê o controle de cópias nas máquinas multifuncionais, que seria feito com o login do servidor na impressora. A 10ª Controladoria, porém, ainda não vê necessidade de adotar a opção, uma vez que burocratizaria demais o procedimento.

O Tribunal aluga hoje vinte impressoras monocromáticas, trinta multifuncionais monocromáticas e três a cores, laser. Um terço das antigas impressoras ainda está em uso. Mas serão descartadas na medida em que quebrem ou quando o estoque de cartuchos esgotar. ▀



## EXPEDIENTE



Rua José Alexandre Buaiz, 157  
Enseada do Suá, Vitória, ES  
CEP 29050-913  
Tel.: (27)3334-7600  
[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)

### PRESIDENTE

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

### VICE-PRESIDENTE

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

### CORREGEDOR-GERAL

Domingos Augusto Taufner

### CONSELHEIROS

José Antônio Almeida Pimentel  
Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

### AUDITORES

Márcia Jaccoud Freitas  
João Luiz Cotta Lovatti  
Marco Antônio da Silva

### PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Luís Henrique Anastácio da Silva

### PROCURADORES

Luciano Vieira  
Heron Carlos Gomes de Oliveira

### DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira

## ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)

### CONSELHO EDITORIAL

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira  
Andrea Norbim Beconha  
Raimundo Nonato Portela de Medeiros  
Fábio Vargas de Souza  
Odilson Souza Barbosa Júnior  
Luis Felipe Vellozo Nogueira de Sá  
Márcio Batista Marinot  
Lygia Maria Sarlo Wilken

### NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Orlando Eller - MTb 036/79  
Mariana Natalli Montenegro - MTb 2621/ES  
Laila Carolina Pontes - ES011682JP  
Clarissa Scardua Dutra - MTb 1977/ES



### EDITORAÇÃO

Rua das Palmeiras, 710, Edifício Santa Bárbara, Sala 401, Santa Lúcia, Vitória-ES, CEP 29056-210, Tel.: (27) 3315-4390  
[jornalismo@balaiodesign.com.br](mailto:jornalismo@balaiodesign.com.br)

### FOTOS

Laila Carolina Pontes

### REVISÃO

Wallace Capucho

### DIAGRAMAÇÃO

Lisa Poubel  
Willi Piske Jr.

### ILUSTRAÇÃO

Samuely Ribeiro  
Willi Piske Jr.

### IMPRESSÃO

Gráfica Quatro Irmãos Ltda.  
Av. Frederico Grulke, 1285,  
Centro, Santa Maria de Jetibá - ES,  
CEP 29645-000

# GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A implantação de novos instrumentos, como o Diário Oficial Eletrônico, o Geo-Obras, a prestação eletrônica de contas e a transmissão online das sessões ordinárias, vem exigindo esforço extraordinário, em mão-de-obra e recursos, capaz de dotar a área da Tecnologia da Informação (TI) de soluções tecnológicas e capacidade adequada para atender às novas demandas.

Em vista disso, o Tribunal de Contas instituiu a Política de Governança

de Tecnologia da Informação. Trata-se de um conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que tem como finalidade assegurar que as ações relativas à gestão e ao uso desta tecnologia se mantenham alinhadas às necessidades e às metas do Tribunal.

A decisão da Corte considerou as estratégias do seu negócio, entre as quais melhorar os resultados e prover os cuidados necessários ao planejamento, ao controle, à gestão e

ao uso de soluções de tecnologia da informação.

Instituiu-se o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, grupo permanente de natureza consultiva e deliberativa com responsabilidades estratégica e executiva. Constituído por gestores de diferentes áreas da Corte, lhe caberá propor políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI e determinar o papel e a importância da área à luz das atuais e futuras demandas. ▀

## ENTREVISTA COM O GESTOR



**TADEU CITY**  
Gestor da TI

“A TI precisa estar preparada para as inovações, para os novos projetos, para as novas demandas que estão a caminho”

### *O que é a TI?*

— A TI (Tecnologia da Informação) é o sangue o Tribunal. Se a TI parar para tudo. Se parar só um pouco, pode comprometer o cérebro. E se ocorrer um problema em qualquer das áreas do Tribunal, reflete aqui na TI. Se ela só atendia contingências, hoje prepara uma base para dar conta das demandas do futuro no Tribunal.

### *Qual o principal desafio?*

— A TI precisa estar preparada para as inovações, para os novos projetos, para as novas demandas que estão a caminho por conta das estratégias que objetivam tornar o Tribunal uma referência.

### *A TI está defasada?*

— Em razão de circunstâncias históricas, o Tribunal deixou de investir

em TI. Isso conduziu à obsolescência tecnológica e à consequente vulnerabilidade. Precisamos recuperar o tempo perdido e adequar nosso parque de informática. Programa, linguagem e equipamento, temos que estar aptos nestes três pontos.

### *Quais as demandas da TI?*

— Todos os procedimentos precisam da TI, desde abrir o computador para digitar um relatório ou produzir uma auditoria como se pretende. Mas há muita coisa nova, pronta ou a caminho, que vai exigir muito em TI, como o Geo-Obras, o diário oficial eletrônico, a prestação de contas anual e bimestral eletrônica, o novo portal, dentre outras necessárias à eficiência requerida nas tarefas do Tribunal.

# O SISTEMA JÁ ESTÁ VALENDO

**E**m evento que reuniu 130 servidores do Governo do Estado, o Tribunal de Contas apresentou oficialmente o Geo-Obras, sistema destinado ao controle de obras públicas, de adoção obrigatória em março do próximo ano. A partir de então, órgãos capixabas que estiverem projetando, licitando, contratando ou desenvolvendo obras de engenharia com quaisquer recursos deverão inserir no sistema todas as informações e documentos relativos a serviços de engenharia e obras públicas, tais como projetos, processos de licitação, contratos, dados de execução de obras, além de fotos e planilhas de medição.

Este primeiro evento deu início à fase de sensibilização, que alcançará os

novos prefeitos e seus coordenadores no início de dezembro; seguida da fase de treinamento de operadores, tanto estaduais quanto municipais, a serem incumbidos de abastecer o Geo-Obras conforme as determinações formais constantes da resolução que o instituiu. Como a sociedade é fundamental para a eficiência dos controles públicos, o Tribunal também prepara um programa de sensibilização comunitária a ser aplicado em todos os municípios, com foco nas lideranças.

## O QUE É?

O Geo-Obras é um banco de informações digital composto de três módulos: jurisdicionado, auditor e cidadão. Ao jurisdicionado só as unidades ges-

toras terão acesso. Nele devem inserir informações do que é relativo às obras públicas por elas contratadas, dentro de prazos estabelecidos pelo Tribunal. Por meio do módulo auditor, a Corte de Contas terá acesso àquelas informações e, por meio de filtros específicos, verificará se ocorreram falhas no processo, produzindo relatórios específicos sempre que necessário.

O módulo cidadão é, sem dúvida, uma das grandes novidades deste banco de dados. Por meio de um clique, o cidadão entrará nele na condição de auxiliar na fiscalização de obras do governo. Seja por mensagens ou imagens poderá postar observações e denúncias sempre que perceber que algo não esteja de acordo com o que consta dos do- ➔

## O GEO-OBRAS É UMA FERRAMENTA DE GESTÃO



Ranna apresentou o sistema

*“Depois de salários, obras e serviços de Engenharia são áreas de governo que mais consomem recursos. E não havia até agora um sistema que os controlasse de modo sistemático e efetivo. Por isso, o Tribunal adotou o Geo-Obras, poderosa ferramenta que ajudará gestores a controlarem ações e custos relativos a tais investimentos”. A explicação foi dada pelo presidente Sebastião Carlos Ranna para os agentes públicos estaduais presentes no evento de sensibilização para uso obrigatório do sistema. “Não se tra-*

*ta de software de auditoria, mas de gestão de obras. Seu maior beneficiário será o gestor público. Esta é, entre outras, a maior qualidade do Geo-Obras, disse Ranna. Segundo ele, “não se sabe quantas obras estão em construção hoje no Estado nem quanto custam ao erário. Mas vamos saber. Não sabemos quantas estão paralisadas, por quanto tempo e por quê. Mas vamos saber. Por meio do Geo-Obras, o gestor vai acompanhar a execução de obras e serviços de engenharia e evitar que ocorram erros pelos*



cumentos postados pelo agente público.

A resolução que instituiu o Geo-Obras prevê que “todas as obras e serviços de engenharia, seja por execução direta ou indireta, inclusive por dispensa ou inexigibilidade de licitação, devem ser informados, independentemente de serem custeados com recursos públicos federais, estaduais e municipais”.

Desta forma, os auditores do Tribunal e os cidadãos interessados terão condições de supervisionar, em tempo real, quantas obras públicas estejam em andamento, quem são os responsáveis pelo seu gerenciamento, quais as empreiteiras envolvidas, qual o volume de recursos envolvidos, se há atrasos nos cronogramas ou problemas que as tenham paralisado. ➤



*O secretário de Transportes e Obras Públicas, Fábio Damasceno, reconhece que o sistema ajudará na transparência e no controle dos gastos públicos*

*O que significa o Geo-Obras para o Governo do Estado?*

— Ter um programa inteligente, capaz de monitorar o andamento das obras de forma ágil e de mostrar como o dinheiro público está sendo empregado, favorece a política atual de transparência que atende às exigências da gestão do governador Renato Casagrande. É o poder público preocupado em gerir bem seu orçamento, ano a ano.

*Qual a importância da participação da sociedade no sistema?*

— É bom saber que a população vai contribuir na fiscalização das obras; que terá oportunidade de acompanhar sua execução e estar mais próxima do seu andamento, conhecendo todos os processos e entendendo melhor cada etapa da construção.

*Como a Secretaria de Transportes e Obras Públicas pode colaborar com o Geo-Obras?*

— Colaborará sempre da melhor forma, atualizando os dados do sistema com as informações necessárias para mostrar o andamento das obras públicas por ela administradas e, desta forma, ajudando no monitoramento do serviço prestado à população.

*que poderá, depois, ser notificado pelo Tribunal. Será como check-list eletrônico em que a etapa subsequente da obra só será liberada se a anterior estiver concluída”.*

*Ranna reconheceu que “chega a ser vergonhoso que obras no prazo de garantia contratual estejam precisando de remendos e correções pelos quais, às vezes, por falta de acompanhamento, se paga mais, duas ou três vezes”.*

*O presidente admitiu que “embora o Geo-Obras não seja a cura para todos os males, vai permitir*

*controle mais adequado em planejamento e execução de obras. Com isso, coisas assim serão evitadas. Será aliado da sociedade que, por meio dele, ajudará a fiscalizar todas as obras. Por isso, a partir de março o cadastramento será obrigatório. Não importa se o recurso seja federal, estadual ou municipal. A população vai poder acompanhar a construção da praça, do hospital, da escola, do posto de saúde, da estrada”.*

*“Este é instrumento poderoso de transformação, de fortalecimento*

*da cidadania que o Tribunal está colocando à disposição de todos com ônus zero para todas as unidades gestoras, Executivo, Legislativo e Judiciário. Sua segurança e confiabilidade serão maiores quanto maior for a adesão voluntária de todos nós. O sistema está aí para ajudar o gestor que, por meio dele, pode fazer economia de recursos e garantir que as obras sejam realizadas no tempo programado”, concluiu o presidente.*



## RANNA AFIRMA QUE O TRIBUNAL AIM

O Tribunal de Contas passou por um momento doloroso, que nos obrigou a cortar na própria carne. Não obstante isto já seja página virada, ainda há problemas a enfrentar, principalmente para que se cumpram as obrigações essenciais à diretriz republicana. Precisamos, pois, materializar o pressuposto de que seus projetos e suas ações devem atender, primordialmente e pela ordem, o interesse da sociedade, o de si mesmo e o das pessoas que nele trabalham”.

Feita a pretexto do aniversário de 55 anos do Tribunal de Contas, comemorado com a realização de um seminário sobre transparência e controle, a declaração do presidente Carlos Ranna concluiu que, “atendidas tais premissas, o Tribunal se tornará cada vez mais útil, concentrado em sua missão de orientar e de auditar, de apreciar e de decidir

com técnica, celeridade e justiça”.

Ele creditou o sucesso das atuais conquistas à atuação dos conselheiros, “focados que estão na nova maneira de enxergar as questões sociais, de orientar os gestores públicos, de combater a improbidade e de investir na transparência, únicos meios pelos quais é possível afastar o fantasma da corrupção”.

Ranna definiu como “simbolismo muito forte que ratifica o movimento de mudança qualitativa da Corte” a presença da ministra Eliana Calmon no evento de comemoração do aniversário do Tribunal de Contas. E garantiu que “a sociedade pode confiar que a Corte de Contas é sua aliada, sua defensora”.

Ele relacionou alguns feitos da atual gestão, com destaque para a reestruturação do organograma (que →



# ANDA TEM PROBLEMAS A ENFRENTAR

criou setor exclusivo para análises conclusivas) reinstituição do Núcleo de Engenharia e Obras; a prestação de contas por meio digital; o novo portal; o programa Geo-Obras (que fará o acompanhamento das obras públicas no Estado) e a implantação das normas internacionais de auditoria, dentre outros.

Estiveram presentes ao evento o governador Renato Casagrande, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Pedro Valls Feu Rosa, o vice-presidente Atricon, Thiers Montebello, o vice-presidente do Instituto Rui Barbosa, Otávio Lessa, dentre outras autoridades.

## CONTROLE SOCIAL GARANTE A TRANSPARÊNCIA

Mestre em Administração Pública e Governo, Fabiano Angélico destacou

em sua palestra no evento do Tribunal de Contas que “não basta disponibilizar informação para ser transparente, porque a transparência também é a capacidade de tirar conclusões”. Como advertência aos servidores e gestores públicos presentes disse que os documentos produzidos são de difícil entendimento, daí ser necessário que sejam traduzidos, tornando-se meio de aproximação com a sociedade civil, de fortalecimento da transparência”.

Ele explicou que a Lei de Acesso à Informação apenas obriga o cumprimento de dispositivos constitucionais previstos nos artigos 5º e 37º. A norma previu prazo de seis meses, findo em maio de 2012, para que o serviço público se adaptasse. Estados do Sul e do Sudeste foram mais ágeis e se adequaram, como seria de se esperar, já

que “sociedades com índices mais altos de escolaridade e mídia mais forte e independente exercem maior controle social”.

Especialista em transparência, prestação de contas públicas e combate à corrupção pela Universidade do Chile, Fabiano Angélico disse que qualquer cidadão pode solicitar informações públicas, basta que se identifique e especifique que documento ou informação deseja, sem necessidade de explicar o motivo. E isto deve lhe ser imediatamente fornecido, se estiver disponível. Se não estiver, o órgão tem prazo de até vinte dias para fazê-lo, prorrogáveis por mais dez.

Ao concluir a abordagem do tema, Angélico recomendou aos gestores públicos que abracem a causa: “O futuro é da transparência. Estamos irremediavelmente fadados à transparência”. ➔

# CORREGEDORA CONDENA CORPORATIVISMO

Abrindo o Seminário Transparência e Controle, a corregedora Nacional de Justiça, Eliana Calmon, denunciou o “corporativismo presente nas instituições e lembrou que a moderna democracia não dispensa os órgãos de controle”.

“Há, internamente, nas instituições governamentais, um espírito de corpo que tenta protegê-las de qualquer embaite. Os controles fora das instituições, mas como parte do Estado, são de importância fundamental”, disse a ministra.

Ao defender a existência de um serviço público que seja e que atue eficientemente, a corregedora alertou que “um dos combustíveis da corrupção é a ineficiência do serviço público. Enquanto estivermos atuando para que o Judiciário possa funcionar bem sob o ponto de vista de gestão, nós estamos cortando esse combustível”.

A participação popular no processo de enfrentamento da corrupção – “mal que produz efeitos devastadores contra o desenvolvimento do país” – foi tema no discurso da ministra. “Precisamos dar consciência à sociedade: os instrumentos maiores de combate à corrupção têm que partir da consciência coletiva. A falta de transparência, o preconceito e a falta de participação popular são os principais males que nutrem a corrupção.”

Ao finalizar o pronunciamento, a corregedora Eliana Calmon deixou um recado de esperança: “Não é fácil mudar a cabeça das elites políticas e econômicas do país, mas estou absolutamente convencida de que as coisas vão mudar porque o mundo inteiro está preocupado em manter a cidadania em um patamar de melhoria e excelência.” →



**ELIANA CALMON**  
Corregedora Nacional de Justiça

## ENTREVISTA COM ELIANA CALMON

### *A sociedade é meio de controle externo?*

— Sem dúvida alguma. Talvez seja o primeiro. É por intermédio da sociedade que se promove a sensibilidade das elites políticas. Elas se nutrem da participação popular porque precisam dos votos. Essa participação popular é que leva o Legislativo a ser mais sensível. A Lei da Ficha Limpa só foi aprovada porque a cidadania exigiu essa aprovação. Ela é uma conquista popular.

### *A senhora defendeu a reforma política e da lei penal como medidas de combate à corrupção...*

— Deve haver revisão dos financiamentos de campanha. No dia em que conseguirmos fazer reforma po-

lítica e disciplinar os financiamentos de campanha conseguiremos dar um golpe mortal nas empreiteiras deste país. São elas as grandes financiadoras de campanhas eleitorais.

### *Estamos nos aproximando do fim da corrupção?*

— Não, mas nós estamos começando a combatê-la. Inclusive até com bastante discrição, com bastante atraso e não temos pressa. Mas, de qualquer forma, o primeiro passo já foi dado.

### *Neste sentido, como anda o Espírito Santo?*

— O Espírito Santo passou pelo inferno zodiacal. E isso por inação da sociedade. Tive participação de combate à corrupção aqui porque um ex-assessor

meu veio para cá como procurador da República integrando uma equipe que se dedicou a esse combate. Eu perguntava para ele: o que aconteceu com o Espírito Santo? E ele me disse: “Silêncio e pacto da sociedade civil. Este silêncio das elites, o silêncio da sociedade, foi o que levou ao caos. E, na hora de corrigir, está sendo mais difícil. O Estado sofreu muito com isso. E teve que tomar medidas drásticas. Não estamos no fim, mas demos o primeiro passo e já podemos sentir bastante progresso neste sentido.”

*Nota: Cumprido o mandato de dois anos, a ministra Eliana Calmon deixa a corregedoria do CNJ no mês de setembro. Decreto da presidente Dilma Rousseff nomeou para seu lugar o ministro Francisco Falcão, do Supremo Tribunal de Justiça.*

# FACE MAIS NEFASTA DA IMPROBIDADE

Ao alertar que a corrupção é a face mais nefasta da improbidade, o promotor de Justiça Gustavo Senna Miranda destacou a importância do controle externo e citou ranking recente em que o Brasil aparece na 73ª posição, atrás de países menos desenvolvidos e com menor potencial econômico.

O custo da corrupção brasileira equivale a cerca de 2% do seu PIB”, afirmou ele em palestra que encerrou o Seminário Transparência e Controle, alusivo aos 55 anos do Tribunal de Contas. Isto equivale a R\$ 82 bilhões, considerando-se que o PIB do ano passado foi de R\$ 4,14 trilhões.

O professor acredita que hoje a administração pública não tolera mais gestores corruptos e ineficientes: “O administrador tem que ser e parecer honesto”. E ressaltou que o melhor caminho para combater a improbidade é a prevenção, “papel desempenhado pelos Tribunais de Contas em parceria do Ministério Público, um eficiente

aliado. Quando a prevenção não funciona, a improbidade administrativa floresce”, concluiu ele.



**GUSTAVO SENNA  
MIRANDA**  
promotor de  
Justiça

*“O administrador tem que ser e parecer honesto”*

## PARCERIA INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas assinou termos de cooperação técnica com o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) e com o Crea-ES.

O convênio com o IRB objetiva o desenvolvimento de projetos e atividades de natureza técnica e científica, como criação e estruturação de grupos de trabalho para estudar, pesquisar e investigar a organização, os métodos e procedimentos de controle externo; promoção e incentivo para a realização de congressos, seminários ou fóruns; publicação e divulgação de trabalhos; estímulo à formação continuada e à certificação dos profissionais de auditoria pública.

A cooperação com o Ibraop contempla a realização do Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), em Vitória. O acordo com o Crea-ES tem em vista a melhoria da aferição da qualidade de obras públicas. ↩

## BREVE HISTÓRIA DO TRIBUNAL

*Fiel à missão de orientar seus jurisdicionados e fiscalizá-los para que haja correta aplicação dos recursos públicos, o Tribunal de Contas do Espírito Santo comemorou 55 anos. Foi criado em 24 de setembro de 1957, durante o primeiro governo de Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, entre 1955 e 1959.*

*Sua instalação ocorreu em junho do ano seguinte. Ocupou seis sedes administrativas, além da atual na Enseada do Suá, que é própria e foi inaugurada em*

*14 de março de 1991. O conselheiro José Alexandre Buaiz foi seu primeiro presidente. Dezoito conselheiros ocuparam a principal cadeira.*

*A luta para a criação de um órgão de controle externo das contas públicas foi iniciada em 1826, ainda no Império, com a apresentação de um projeto-de-lei para a instalação do Tribunal de Contas da União (TCU). Somente em 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda Rui Barbosa, o TCU foi institucionalizado. Três anos depois iniciou suas atividades.*



# UM ESTÍMULO À COMPETÊNCIA TÉCNICA E COMPORTAMENTAL



TODOS JUNTOS POR UM OBJETIVO

*O treinamento faz parte da estratégia que busca estimular competências técnicas e comportamentais para melhorar eficiência e resultados*

Como precisa estar apto para cumprir sua missão de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos, o Tribunal de Contas decidiu investir na qualidade dos seus servidores, desenvolvendo suas competências técnicas e comportamentais e fortalecendo as culturas de gestão, de resultados e de planejamento.

Para desenvolver suas competências comportamentais, eles participaram de uma série de encontros em que foi utilizada a metodologia Teal

(Treinamento ao Ar Livre). Este tipo de exercício se vale de práticas lúdicas, desafiadoras e de alto impacto motivacional, para criar situações e metáforas que servem de base para processos em que haja análise e reflexão em grupo.

Segundo o gestor Fábio Vargas, da Escola de Contas, “embora tais atividades pareçam apenas indicadas para superar desafios e limites em meio à natureza, são ferramentas estratégicas para formação de equipes entrosadas e capazes de

planejar, tomar decisões e agir rapidamente.” “Nosso objetivo foi desenvolver competências que o servidor já possui, ensinando-o a utilizá-las na realização de suas tarefas, adequadamente”.

Os resultados foram aparentes já no treinamento. “Houve boas surpresas de pessoas criando metodologias que serviram de base para outras resolverem problemas; grupos que tinham poucos membros com perfil de liderança, mas que trabalharam com muita criatividade para suprir essa carência; formas →

inusitadas de apresentar resultados, entre outros”, comemorou o gestor.

## SERVIDORES MUNICIPAIS

Como a orientação está entre as suas obrigações, o Tribunal de Contas acaba de treinar cerca de dois mil servidores municipais, a exemplo do que fez em anos anteriores. Para estimular a participação e, ao mesmo tempo, fortalecer sua relação institucional com os jurisdicionados, dividiu o Estado em cinco polos regionais (Colatina, Cachoeiro, Nova Venécia, Venda Nova e Grande Vitória).

Gestão e fiscalização de contratos administrativos, gestão de almoxarifado e patrimônio, nova Lei Orgânica do Tribunal, plano de contas, orientação para final de mandato de prefeitos e sistema de controle interno foram os temas do programa de treinamento, ministrado nos ambientes do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), gentilmente cedidos para a finalidade. ▀

*Nos workshops, servidores dos órgãos jurisdicionados municipais receberam orientações sobre temas diversos*

*Os treinamentos ao ar livre ajudaram os servidores a desenvolver aptidões e novos métodos de trabalho.*



# CONTROLE GANHA REFORÇOS

A equipe técnica do Tribunal de Contas será reforçada a partir do início do ano que vem com a contratação de 31 auditores de controle externo e um auditor substituto de conselheiro. As vagas serão preenchidas por concurso público a ser realizado ainda neste ano.

A seleção irá atrair bons quadros para a Corte, permitindo a celeridade e

a qualidade na tramitação e análise de processos. O Tribunal de Contas está se reestruturando para atender melhor a sociedade na fiscalização dos recursos públicos.

Para ser auditor substituto é necessário possuir diploma de nível superior e satisfazer os requisitos para o cargo de conselheiro. Ou seja, ter mais de

35 anos e menos de 65 anos de idade, possuir idoneidade moral e reputação ilibada e ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, com mais de dez anos de exercício de função, ou de cargo público, ou de efetiva atividade profissional nas áreas referidas. ▀

# UM ALERTA AOS GESTORES MUNICIPAIS

Fazer despesa no último ano de mandato sem ter recursos em caixa é infração grave que pode levar o gestor a ter as contas rejeitadas e até a ser preso. Este foi um dos alertas feitos no workshop “orientações para final de mandato”, ministrado em agosto pelo chefe da 2ª Controladoria Técnica, Romário Figueiredo, em cinco pólos do Espírito Santo.

Segundo ele, criada com a preocupação de garantir o equilíbrio das contas públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limitações que deverão ser observadas pelos prefeitos, principalmente no final do mandato, a fim de não comprometer a administração de seu sucessor.

“O Tribunal de Contas está atento a possíveis irregularidades. Há alguns municípios que precisam ser acompanhados mais de perto e este treinamento é uma grande oportunidade para tirar dúvidas e evitar erros. Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores têm que estar muito atentos às suas responsabilidades”, afirma Figueiredo.

## DÍVIDAS

De acordo com ele, o Tribunal já encontrou em determinados municípios capixabas realização de despesas no último ano de mandato sem o respectivo pagamento e sem que haja recursos disponíveis em caixa para saldá-las no exercício subsequente.

“O grande problema são gestores que deixam dívidas para a gestão seguinte sem que haja dinheiro suficiente em caixa para quitá-las. Isto é déficit financeiro, questão tratada pelo Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal e um dos principais problemas que encontramos no Espírito Santo”, alertou.

Caso o Ministério Público Estadual entre com ação penal na Justiça, o gestor que infringiu a regra pode so-

frer pena de reclusão de 1 a 4 anos. Ainda segundo as regras da Lei, Figueiredo lembra aos gestores que é nulo o ato que resulte em aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato.

Orientações sobre remessa de documentos e prestação de contas de prefeitos e presidentes de Câmaras também foram temas abordados no workshop.

“Há uma série de detalhes que precisam ser discutidos. O trabalho dos técnicos dos municípios será enorme nesse fim de mandato e o workshop vem auxiliá-los a relembrar o que é fundamental para um bom trabalho”, explica Figueiredo.

As vedações previstas pela Lei Eleitoral, tais como nomeação ou concessão de vantagens a servidores ou empregados públicos, propaganda institucional, pronunciamento em cadeia de rádio e televisão e presença de candidatos a cargos do Poder Executivo em inauguração de obras públicas no período eleitoral, também foram explicadas aos servidores.

Os gestores foram orientados a criar um decreto de encerramento em que estabelecem normas orçamentárias e financeiras para o final do exercício, com indicação de responsável pelo balanço patrimonial e a data de finalização de empenhos. O Tribunal também aconselha criar uma “equipe de transição” para evitar a descontinuidade das políticas de governo. ■

“**PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES TÊM QUE ESTAR MUITO ATENTOS ÀS SUAS RESPONSABILIDADES**”

*Romário Figueiredo*

”



*O gestor da 2ª Controladoria Técnica, Romário Figueiredo foi palestrante do workshop, dando orientações para o final de mandato dos atuais prefeitos*